

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.239 - DF (2019/0331169-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 13ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE BARUERI - SJ/SP
INTERES. : CLABE BRASIL CONSTRUTORA EIRELI
ADVOGADOS : ROGÉRIO FERREIRA - SP201842
VIVIANE SILVA FERREIRA - SP224390
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo Federal da 13ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal e o Juízo Federal da 2ª Vara de Barueri/SP, nos autos de Mandado de Segurança impetrado por Clabe Brasil Construtora EIRELI contra o Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

O Juízo suscitado declinou da competência, considerando que "(...) a autoridade impetrada se encontra domiciliada em município que não integra a jurisdição desta Subseção e, em virtude disso, não cabe a este Juízo processar e julgar esta ação mandamental".

O Juízo suscitante, por sua vez, argumenta: "O mandado de segurança traduz garantia do cidadão, e não da autoridade, prevista no rol de direitos fundamentais. Nesse contexto, afigura-se um contrassenso deixar de reconhecer ao Impetrante a possibilidade de ajuizar o *writ* no foro do seu domicílio, notadamente à luz do § 2º do art. 109 da Constituição da República, norma ampliadora do acesso à justiça que, dentre outras opções, expressamente prevê que 'as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor'".

O Juízo Federal da 13ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (suscitante) requer a definição do juízo provisoriamente encarregado de deliberar sobre os pedidos urgentes.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 5.11.2019.

Nos termos do art. 955, *caput*, do CPC/2015, no conflito negativo, o relator poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, designar um dos juízes para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Nesse contexto, recorro que o STJ possui compreensão de que, nos Mandados de Segurança impetrados contra autoridade pública federal, pode-se eleger o domicílio do autor, com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça.

Nesse sentido:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. EXAME DA OAB. AUTORIDADE FEDERAL IMPETRADA. IMPETRANTE OPTA PELO FORO DE SEU DOMICÍLIO. PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA. NOVO POSICIONAMENTO DO STF E DO STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL DO DOMICÍLIO DA PARTE IMPETRANTE.

1. Trata-se de Conflito Negativo de Competência cujo suscitante é a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro e suscitada é a Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Aparecida de Goiânia-GO. O Conflito refere-se, em suma, a Mandado de Segurança, com pedido liminar, acerca de Exame de Ordem da OAB-GO.

2. O Juízo suscitante declarou-se incompetente para o processo e julgamento do feito, sob o fundamento de que, conforme o entendimento atual do STJ, perfilhando a orientação do STF sobre o tema, pode o Autor impetrar o Mandado de Segurança no foro de seu domicílio, nos termos do disposto no § 2.º do art. 109 da Constituição Federal.

3. O Juízo suscitado, por sua vez, reconheceu sua incompetência para processar e julgar o feito, sob o fundamento de que "é pacífico na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que a competência para processar e julgar mandado de segurança é de natureza absoluta e improrrogável, sendo fixada pela autoridade impetrada e sua categoria funcional".

4. Na origem, cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por particular perante o Juízo Federal da Vara Cível e Criminal de Aparecida de Goiânia, contra ato imputado à Fundação Getúlio Vargas e ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, objetivando que lhe seja atribuída pontuação no XXVI Exame da Ordem e reconhecida a sua aprovação.

5. Considerando que figura no polo passivo do Mandado de Segurança, como impetrado, o Conselho Federal da OAB, com sede funcional em Brasília, em regra, haveria a competência da Seção Judiciária desta Capital para o processamento do feito.

6. Nada obstante, consoante o entendimento do STJ, "tratando-se de mandado de segurança impetrado contra autoridade pública federal, o que abrange a União e respectivas autarquias, o Superior Tribunal de Justiça realinhou a sua jurisprudência para adequar-se ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, admitindo que seja aplicada a regra contida no art. 109, § 2º, da CF, a fim de permitir o ajuizamento da demanda no domicílio do autor, tendo em vista o objetivo de facilitar o acesso à Justiça". (AgInt no CC 154.470/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 18/4/2018). No mesmo sentido, o seguinte julgado em situação semelhante: AgInt no CC 150.269/AL, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 22/6/2017; CC

164.354/DF, Ministro Og Fernandes, 29/4/2019).

7. Dessa feita, uma vez que a parte autora optou pela propositura da ação mandamental perante o Juízo do local de seu domicílio, este é o competente para o julgamento da causa. Nesse diapasão, deve ser declarado competente o Juízo Federal da Vara Cível e Criminal de Aparecida de Goiânia, o Suscitado.

8. Conflito de Competência conhecido para declarar competente o Juízo suscitado. (CC 166.116/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 11.10.2019)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE COATORA: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO. ARTIGO 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. FACULDADE CONFERIDA AO IMPETRANTE. PRECEDENTES.

1. No caso, a decisão ora agravada amparou-se em precedentes desta Corte Superior de Justiça, elemento que autoriza o Relator a dar ou a negar provimento ao recurso, por decisão singular, haja vista a existência de jurisprudência dominante acerca do tema, nos termos da Súmula n. 568/STJ (Corte Especial, DJe 17/3/2016). Nesse sentido: AgInt no CC 152.027/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 03/10/2017.

2. "Tratando-se de mandado de segurança impetrado contra autoridade pública federal, o que abrange a União e respectivas autarquias, o Superior Tribunal de Justiça realinhou a sua jurisprudência para adequar-se ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, admitindo que seja aplicada a regra contida no art. 109, § 2º, da CF, a fim de permitir o ajuizamento da demanda no domicílio do autor, tendo em vista o objetivo de facilitar o acesso à Justiça" (AgInt no CC 154.470/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 18/04/2018).

3. Nessa mesma linha: AgInt no CC 153.724/DF, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 16/02/2018, e AgInt no CC 148.082/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 19/12/2017.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no CC 158.943/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 17.12.2018)

Diante do exposto, com fundamento nos arts. 955 do CPC/2015 e 196 do RI/STJ, **designo, por ora, o Juízo Federal da 2ª Vara de Barueri/SP, para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes, até o julgamento do Conflito de Competência.**

Oficie-se aos Juízos envolvidos, com urgência, comunicando o teor desta decisão.

Notifique-se o Juízo suscitado para prestar informações.

Superior Tribunal de Justiça

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator